RELIGIÃO, POLÍTICA E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018

Marcelo Camurça¹

RESUMO

Este texto tem por fim examinar a incontornável presença da religião na sociedade, no Estado brasileiro e no espaço público. A partir de uma perspectiva histórica e sociológica discute que a despeito da separação Igreja/Estado na formação constitucional da República em 1891, a religião nunca deixou de ter presença e influência no espaço público no país. Examina as estratégias pelas quais correntes expressivas de igrejas cristãs (evangélico-pentecostais e católica) ocuparam a política e o parlamento formando suas bancadas e frentes para estabelecer uma normatividade legal através da qual valores de sua dogmática religiosa são embutidos e convertidos em projetos que regerão políticas públicas. É o que se conceitua como uma “confessionalização da política” ou uma “publicização da religião”. Por fim, busca-se analisar no “calor da hora” a influência destas forças religiosas cristãs conservadoras na proporcionalidade no Congresso Nacional eleito em 2018, suas preferências pelos candidatos a presidente, sua interferência no resultado final do pleito com a eleição de um governo conservador de direita e as perspectivas que essa interferência religiosa no governo e no Congresso ensejará para o Estado Democrático de Direito no país.

PALAVRAS CHAVE

Religião; Política; Espaço Público; Cristianismo; Eleições 2018.

---

¹ Marcelo Ayres Camurça Lima é doutor em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde leciona e pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Religião desde 1995, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desde a época de sua fundação em 2004. Tem estágio pós-doutoral na *École Pratique des Hautes Études* e foi professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará.

INTRODUÇÃO

No Brasil, apesar da separação Igreja/Estado firmada na Constituição de 1891, a religião nunca deixou de ter influência no Estado, na esfera pública e na política (ORO, 2011). A começar pelo Catolicismo, considerada a religião da “nação” – dentro da fórmula, ser católico = brasileiro – a quem o Estado outorgava tanto na República Velha, quanto nos governos de Vargas e sucessores, de 1900 a 1964, a hegemonia cultural na sociedade. Expediente que se deu através da concessão à Igreja Católica da organização dos ritos cívicos da nação e da sagração das instituições do Estado: missas campais, crucifixos e cruzeiros nos lugares públicos; na família, através do reconhecimento do casamento religioso, e não do divórcio; na escola, com o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e na saúde, com o financiamento das Santas Casas de Misericórdia (DELLA CAVA, 1976; OLIVEIRA, 1992).

Nos anos 1980, contudo, assistimos o crescimento do segmento evangélico-pentecostal quebrando a hegemonia católica no campo religioso brasileiro e desejando converter essa representatividade social/simbólica na população em presença e reconhecimento na esfera pública. A partir da Constituinte de 1988, os evangélicos traçam um projeto de poder e de ocupação do espaço público, que sai da abstenção da participação política: “crente não se mete em política” à participação ativa do “evangélico vota em evangélico” (MARIANO, 2011). Sua pauta de atuação política a partir de 1988 centrou-se em questões morais e na ampliação de sua visibilidade pública. Atuaram contra a discriminação do aborto, a liberação do consumo de drogas, a união civil de homossexuais; defenderam a moral cristã, a família e os “bons costumes”; demandaram ao governo a concessão de emissoras de rádio e televisão e recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais consideradas por eles de interesse público (PIERUCCI, 1988; MARIANO, 2011, p. 251). Desde sua entrada

pública na política só tenderam a crescer, mantendo na penúltima legislatura eleita em 2014, 74 deputados federais e três senadores². Encontram-se espalhados em quase todos os partidos políticos, mas reúnem-se na Frente Parlamentar Evangélica (TADVALD, 2015, p. 169; TREVISAN, 2013, p. 29-57).

No que diz respeito à Igreja Católica no Brasil, os eventos do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín dos bispos da América Latina nos anos 1960-1970, vão engendrar nela uma postura no sentido de seu *aggiornamento* à modernidade e à democracia. Dentro do espírito desta época de transformações, ela passa a atuar no campo religioso brasileiro não mais buscando exercer sua supremacia, mas reconhecendo o direito a liberdade religiosa de outros cultos. Deste modo, tanto no período ditatorial quanto no da redemocratização do país (1964-1985), ela não se encontrará reivindicando os privilégios institucionais de outrora, mas pugnando por direitos humanos e sociais. A corrente da “teologia da libertação” que ganha espaço, nesse momento, em vários setores da Igreja Católica, influenciando suas Pastorais, extrapola uma condução estritamente religiosa para exercer papel decisivo na formação de lideranças populares e organização de movimentos sociais (DOIMO, 1984; LESBAUPIN, 1980).

No entanto, a partir dos anos 1980, por influência do longo Pontificado de João Paulo II e em seguida no de Bento XVI, a instituição gradativamente abandona sua postura politizada das lutas sociais e retoma a perspectiva histórica centenária de procurar influenciar – dentro de um ponto de vista da moral e de comportamento – o domínio público e estatal, principalmente neste momento de crescente competição por adeptos com os evangélicos-pentecostais. O *lobby* da Conferência Nacional dos Bispos

---

² Contemplarei as últimas eleições de 2018 e seus resultados mais adiante no texto.

do Brasil (CNBB) passa a pressionar parlamentares, autoridades e poderes para regular e legislar sobre políticas públicas de acordo com princípios católicos relativos à moral, como: a organização da família em moldes tradicionais, contra o aborto, contra os métodos contra-conceptivos, contra a união civil de homossexuais e a eutanásia e pela educação religiosa em escolas públicas (MARIANO, 2011, p. 249). Algumas vezes em aliança com os evangélicos pentecostais, outras vezes para impedir sua expansão. Em 1990, pode-se constatar um incremento de candidatos invocando sua condição católica ao parlamento, principalmente aqueles ligados à Renovação Carismática Católica (RCC) dentro do slogan “católico vota em católico!” (MARIANO, 2011, p. 249).

Portanto, devido ao papel histórico de uma matriz cristã, hoje dividida entre católicos e evangélicos, podemos afirmar que, mesmo sem a presença de um Estado confessional, consolida-se no país um reconhecimento da dimensão pública da religião (RANQUETAT JR, 2013, p. 98).

O *modus operandi* evangélico-pentecostal na política: atuação nas eleições e esquema de poder

Qual, então, seria a maneira através da qual os religiosos (cristãos) de maneira geral, e os evangélicos em destaque, se fizeram tão presentes nos espaços de poder político e de Estado, influenciando no panorama da esfera pública?

O modo de operação pelo qual os evangélicos-pentecostais inseriram-se com êxito no meio público e político obedeceu a um esquema triádico: “Política, Mídia e Filantropia”. O modelo foi criado com sucesso pela Igreja Universal no Reino de Deus, (doravante referida no texto pela sigla IURD) e reproduzido pela maioria das outras igrejas (MACHADO, 2001, p. 139-150; MARIANO, 1999, p. 91-92).

Ele funciona na seguinte dinâmica: a hierarquia da igreja lança pastores como candidatos a posições políticas, que fazem suas campanhas eleitorais nos púlpitos e outros ambientes eclesiais, dirigidos para os membros das igrejas. Com essa fidelização de votos, os líderes religiosos, são eleitos como parlamentares (MARIANO, 1999, p. 91-92). Depois, nesta condição de deputados vão atuar nas Comissões de Comunicação dos Parlamentos para obter concessões e rádios e TVs para suas igrejas. Paralelamente, com recursos dos fundos partidários estes parlamentares-religiosos criam entidades assistenciais, filantrópicas sob sua liderança pessoal, no modelo clientelista: distribuição de cestas básicas, fornecimento de orientação legal, clínicas médico-odontológicas, doação de contraceptivos à população pobre (MACHADO, 2001, p. 139-140; MACHADO, 2003, p. 303-320). Fechando o ciclo, através do uso destes meios de comunicação é feita a divulgação dessas lideranças político-religiosas e de suas ações caritativas. É um esquema em que cada um dos lados (política, mídia e filantropia) alimenta o outro e todos se complementam no reforço da presença das igrejas no cenário público-político³.

Quando o político evangélico Anthony Garotinho, membro da Igreja Presbiteriana, governou o Estado do Rio de Janeiro (1998-2002) numa coligação onde segmentos evangélico-pentecostais tinham presença considerável, diversos acordos foram assinados entre as secretarias de ação social deste governo com entidades

---

³ Ainda que este esquema tenha sido o mais conhecido e eficaz, levanto aqui a hipótese de outro caminho pelo qual evangélicos tenham ascendido ao meio político: o do circuito da música e da mídia *gospel*. A música evangélica dita *gospel*, produziu um autêntico mercado fonográfico e de imagem que mobiliza centenas de milhares de pessoas e de recursos. Neste sentido, por fora ou complementando o esquema que descrevo acima, os chamados cantores e cantoras *gospel* através de sua fama tem conseguido galgar postos nos parlamentos do Brasil a fora. O próprio Bispo Crivella foi cantor *gospel*; assim como o ex-senador Magno Malta que iniciou sua carreira como cantor de “pagode *gospel*”. Da mesma forma as cantoras Lauriette e Fiordelis eleitas nesta última legislação como deputadas federais. Por fim, registro ainda, o Deputado Marcos Feliciano que montou todo seu acesso à política por suas pregações, adorações musicais nos eventos dos “Gideões Missionários da Última Hora”, divulgados por DVDs com ampla venda no meio evangélico. Para maior conhecimento do papel do mercado da música *gospel* na formação do *ethos* evangélico, ver Costa (2019).

filantrópicas sob a direção de parlamentares evangélicos. O caso paradigmático deste tipo de convênio foi o do "cheque cidadão", um programa de renda mínima do governo que registrou e distribuiu um montante financeiro para a população carente. Pulularam denúncias na imprensa, sobre o caráter viciado da escolha dos beneficiários, que recaía, no mais das vezes, sobre o eleitorado evangélico ou no meio onde este se encontrava (MACHADO, 2006, p. 105). Já anteriormente, no governo Marcello Alencar do PSDB (1994-1998), foi nomeado como Secretário do Trabalho e da Ação Social do estado, o deputado Aldir Cabral, vice-presidente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a quem a imprensa acusou “de privilegiar fiéis da igreja na oferta de trabalho por meio do SINE (Serviço Nacional de Empregos)” (MARIANO, 1999, p. 92, nota76).

Mas talvez, o caso mais representativo de projeto de poder exitoso do meio evangélico-pentecostal, seja o de Marcelo Crivella. Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cantor *gospel* famoso, foi eleito senador da República para dois mandatos, 2002 e 2010 e em 2016 chegou pelo voto popular a condição de prefeito do Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do Brasil, conhecida internacionalmente.

Sobrinho do bispo Edir Macedo, fundador da IURD, Crivella comandou a “Fazenda Canaã” um empreendimento da Associação Beneficente Cristã (ABC), instituição maior da igreja para a filantropia. A Fazenda se situava no nordeste do país. Sua ação consistia em realizar projetos de irrigação nesta região árida, na abertura de postos de saúde, cursos profissionais e agências de emprego. Todo este esquema de oportunidades estava ancorado em um “balcão [de cadastramento] de empregos” que fazia ponte com os poderes políticos regionais (MACHADO, 2001, p. 146).

Em 2010. Crivella foi eleito de novo senador, com um quociente de 3.243, 289 votos, reproduzindo, grosso modo, a modalidade de operação descrita acima: liderança

político-religiosa de um mega projeto assistencial da IURD para a população pobre, a Fazenda Canaã, amplamente repercutida pela mídia da igreja, através do slogan certeiro: "Se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio!" (MACHADO, 2006, p. 93). Entretanto, neste caso, a questão filantrópica foi amplificada em relação à religiosa, pois ele estava competindo para exercer um cargo majoritário, devendo ter uma adesão muito mais ampla do que a dos eleitores pentecostais. Para estar condizente com esta pretensão republicana a um cargo universal, Crivella se licenciou de seu posto de bispo da IURD, passou a enfatizar publicamente apenas as questões sociais e imputava aos seus adversários o fato de insistir no tema da religião, visando apenas a estigmatizá-lo. Todavia, ao se dirigir aos eleitores evangélicos-pentecostais conclamava: “orem por mim” (VITAL; LOPES; LUI, 2017, p. 100-102)

Esta tensão entre sua porção religiosa e sua outra política, quando almeja ser mais que o representante público-parlamentar de um segmento (pentecostal), vai revestir de ambigüidade a carreira política do bispo/senador, enquanto questão insuperável para tipos com nítida vinculação de imagem a um grupo restrito. Isto foi sublinhado como um “dilema shakespeariano”, “ser ou não ser...” por estes sociólogos (MARIANO; OLIVEIRA, 2009, p. 81-106). Ainda porque toda a crítica exterior de seus adversários políticos vai acentuar essa sua condição religiosa, inflando a suspeita de que sua pretensão a um cargo público visava favorecer apenas o seu público cativo da Igreja Universal e aliados de perfil pentecostal. Nos debates televisivos para a campanha ao Senado de 2002, o candidato Artur da Távola do PSDB acusou Crivella de ser instrumento de um “projeto de poder de uma seita expansionista que compra redes de rádio e TV no Brasil e no exterior” Além disso, acusou líder religioso/político de usar “crentes como militantes, gasta[r] fortunas nas eleições para eleger a sua bancada

separatista” (VITAL; LOPES; LUI, 2017, p. 100-102). Da mesma forma, nas eleições para o governo do Estado do Rio em 2014, o candidato do PMDB, Luiz Fernando Pezão procurou de todas as formas vincular a candidatura de Crivella à IURD. Em debate televisivo Pezão acusou o bispo-senador de ser “testa de ferro” do bispo Macedo e de se constituir de “um perigo para o Estado”⁴.

Porém, o maior feito de Crivella foi ter sido eleito para prefeito da megalópole do Rio de Janeiro em 2016. Numa eleição muito polarizada, aonde os tradicionais partidos de centro, como o PMDB, se encontravam com a reputação arrasada pela chamada Operação Lava-Jato – o ex-governador e presidente da Assembleia presos – o bispo-senador conseguiu amealhar entre setores conservadores do município os votos necessários para derrotar o candidato da esquerda, Marcelo Freixo, a outra opção no 2º turno destas eleições.

Ao longo do seu mandato, pelas medidas que foram tomadas, Crivella foi acumulando uma série de embates com setores da classe média carioca: artistas, intelectuais, membros da imprensa e formadores de opinião da cidade. Dentre estas, posso mencionar: a redução dos recursos financeiros para o Carnaval, o maior espetáculo cultural e turístico que torna o mundialmente famoso o Rio⁵; o cancelamento de uma exposição de arte gay, o Queermuseum em um museu público na prefeitura⁶; acusação de uso de edifícios públicos para serviços religiosos de sua igreja, de forma

---

⁴ No seu programa eleitoral, exibiu cenas de uma reportagem da rede Globo de 1995, com acusações das lideranças da igreja de extorquir dinheiro dos fiéis, da existência de “Caixa 2” através de seus parlamentares, terminando com uma voz em *off* dizendo: “Você quer o sobrinho do Bispo Macedo no governo?” (VITAL; LOPES; LUI, 2017, p. 102, 107).

⁵ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/carnaval-prefeitura-reduz-subvencao-da-serie-em-50-pelo-segundo-ano-23329373.html>. Acesso em: 04 fev. 2019.

⁶ “Crivella veta no Rio a exposição Queermuseum, censurada em Porto Alegre. El País, 04/08/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353_975386.html. Acesso em: 05 fev. 2019.

velada⁷; acusação de indicações para que os membros de sua igreja tenham preferência no atendimento nos serviços públicos de saúde do município⁸.

No interior destas controvérsias, a análise mais corrente é de que a pertença religioso-pentecostal do prefeito é a responsável por uma intromissão confessional e “teocrática” nas suas políticas, que deveriam ser públicas e universais. Porém alguns antropólogos do fenômeno religioso ressaltam um “cálculo político” mais que “a vinculação religiosa” do prefeito, como motivadores destas decisões⁹. Quando este anuncia um corte nas verbas das Escolas de Samba, justifica que é para financiar creches para a população carente. No que tange também as medidas restritivas as manifestações libertárias artístico-culturais, o cálculo é que no campo da moral sexual, setores expressivos da população evangélicos e não-evangélicos vão apoiá-lo nesta decisão.

Considero que neste particular, funcionam as duas lógicas, cálculo político, sim, mas articulado com o atendimento as necessidades dos seus eleitores mais fiéis (nos dois sentidos). Desta forma, o prefeito-pentecostal vai se equilibrando com um discurso de confronto à liberalização de costumes procurando angariar o respaldo dos setores conservadores da cidade, acrescido de uma política clientelista voltada para os setores evangélicos pobres.

---

⁷ Funcionários da prefeitura fazem obra em Igreja Universal. Band News FM Rio. 16/02/2019. Disponível em: <https://twitter.com/bandnewsfmrio/status/1096857243604144128>. Acesso em: 04 fev. 2019.

⁸ “Funcionários do hospital Gaffrée e Guinle denunciam que pastores indicam pacientes para furar a fila do Sisreg” G1, RJ, 30/08/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/30/funcionarios-do-hospital-gaffree-e-guinle-denunciam-que-pastores-indicam-pacientes-para-furar-fila-do-sisreg.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2019.

⁹ “Há cálculo político nas afirmações de Crivella” afirma Christina Vital em entrevista”. Heinrich Böll Stiftung. 01/11/2018. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2017/11/01/ha-calculo-politico-nas-afirmacoes-de-crivella-afirma-christina-vital-em-entrevista>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Presença pública das religiões cristãs no Brasil contemporâneo e implicações para uma concepção laica do Estado

Além de estratégia própria para a conquista da esfera política, as cúpulas das igrejas evangélico-pentecostais se beneficiaram das alianças firmadas com os mais representativos partidos do meio político: o ciclo do PSDB e PMDB (anos 1990), o ciclo do PT (anos 2000) a divisão dos grupos religiosos cristãos entre PSDB e PT (anos 2010) e o ciclo atual do PSL, PRB, PSC, PSD, PP e DEM: o “centrão” (no governo Temer e na eleição de Bolsonaro 2018). Em busca dos votos dos fiéis evangélico-pentecostais, as campanhas majoritárias dos partidos políticos laicos, para prefeitos, governadores e presidente, firmaram compromissos com essas instituições religiosas, abrigo na sua legenda (ou em legendas aliadas) dezenas de candidatos evangélicos (MARIANO, 2011, p. 251).

Com isso o *main stream* político legitimou a presença quase naturalizada dos evangélicos em seu seio, com suas “bancadas” e “frentes”; exortações, bênçãos com imposição de mãos, “ungindo” candidatos a prefeitos, governadores e presidentes, *performances* de cultos, leitura de versículos da Bíblia e aposição da mesma nos plenários das casas legislativas e do Congresso Nacional. Toda essa imagética e ritualística funcionando como forma de apoiar suas proposições para a aprovação de leis, sobretudo de conteúdo moral (sexual) e de estilos de vida.

Por seu lado, a Igreja Católica no Brasil percebe que está perdendo terreno para os evangélicos na esfera pública e política – onde tinha atuação discreta e indireta, ou seja, através de *lobby* das cúpulas da hierarquia da Igreja, como a CNBB, junto a

parlamentares e aos poderes estatais para fazer valer seus interesses. Desta forma, decide investir diretamente nestes campos. Cria um esquema midiático das TVs católicas como as: Rede Vida, Canção Nova, etc. (MARIANO, 2011, p. 249) e seus agentes dos padres midiáticos: Marcelo Rossi, Jorjão, Zé Maria, Fábio de Mello, Reginaldo Manzotti, etc. (SOUZA, 2005). Com isto a exposição pública dos seus símbolos e valores (o Papa, as rezas do Terço e as imagens de Nossa Senhora) ganha forma revigorada no público através da mídia, para além dos templos/igrejas (SILVEIRA, 2014, MIRANDA, 2013). Também ocorreu a renovação de acordos institucionais que mantiveram o lugar de destaque histórico que a Igreja Católica sempre possuiu no cenário público. Tal foi o caso da Concordata com o Vaticano assinada pelo Governo Lula em 2008. Nela asseguravam-se garantias fiscais, proteção de lugares de culto e do patrimônio histórico cultural dos bens da Igreja Católica, além da destinação de espaços públicos para atos religiosos católicos, oferta de capelanias para sacerdotes católicos em hospitais e presídios, ensino religioso em escolas públicas e efeitos civis do casamento religioso (RANQUETAT JR, 2010, p. 176).

É preciso dizer, que este privilégio institucional à Igreja Católica gerou uma reação do segmento evangélico que redundou na Lei Geral das Religiões, elaborada pela Frente Parlamentar Evangélica com o apoio dos demais partidos (e aquiescência da representação católica), que estendia as mesmas cláusulas da concordata com a Igreja Católica para todos os credos (leia-se às igrejas evangélicas).

Portanto, para as igrejas evangélicas e a Igreja Católica, tanto nas suas competições visando estender sua representatividade do campo religioso para uma preeminência no espaço público; quanto nos seus acordos e alianças para projetar conjuntamente a visão moral e dogmática cristã nas instituições públicas, o que se

assiste é uma perene e crescente influência das religiões majoritárias cristãs no espaço público (RANQUETAT JR, 2010, p. 173-191).

Segundo dados do último Censo de 2010, 86,8% da população é composta de cristãos, donde 64,6% católicos e 22,2% evangélicos. Dada esta condição, as instituições cristãs sob o argumento que representam a mentalidade da maioria dos brasileiros reivindicam um papel na definição nas políticas públicas do Estado: educação, saúde, ciência. Com isto, se contrapõem a setores laicos (técnicos, cientistas, juristas, gestores públicos, educadores e aos movimentos sociais e identitários organizados: coletivos feministas, LGBTs, MST, etc. (MARIANO, 2011, p. 252, nota 8). Setores estes, que desde a Constituinte de 1988, vem consolidando seus projetos de políticas públicas e sociais e de direitos, baseados em conceitos advindos de pesquisas, estudos e experimentos realizados na modernidade contemporânea.

As temáticas que colocaram religiosos e laicos em confrontação foram: projetos de descriminalização do aborto, da união civil entre homossexuais, de descriminalização das drogas, da inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos no rol dos direitos humanos, do ensino religioso na escola pública, de pesquisas científicas com células-tronco, de presença de símbolos religiosos em repartições públicas (MARIANO, 2011, p. 253).

Assistimos então, a concepções que irrompem de *locii* de valores e cosmovisões distintos, religiosos e laicos, sobre o que é o bem público/comum e que acionam sentidos divergentes sobre o caráter laico do Estado. “O Brasil é um país laico” dizem os grupos laicos que querem garantir a autonomia pedagógica, científica, jurídico-normativa como forma de gestão do bem comum. “O Brasil é um país laico, mas não ateu” replicam os segmentos evangélicos e católicos, que desejam que valores religiosos

venham temperar as decisões de Estado com relação à sociedade, devido ao peso da presença religiosa nela própria.

No meu entender, é importante esclarecer, que estes religiosos não são necessariamente “fundamentalistas”, “teocráticos”¹⁰, pois a despeito de seu explícito conservadorismo moral-social, eles cultivam uma idéia da laicidade e de política republicana como referência formal. Atuam nos partidos existentes, formam bancadas, fazem *lobby*, participam de comissões parlamentares, organizam marchas, manifestações, estabelecem alianças entre si – os cristãos – e com outros atores políticos conservadores. Tudo isto, para infundir, dentro do formato político-republicano que demarca sua conduta pública, seus valores religiosos conservadores¹¹, devidamente amoldados ao procedimento parlamentar e das instituições de Estado.

Como uma modalidade da nossa modernidade – conservadora¹², cuja fonte de valor vem do transcendente – observa-se então, o fenômeno da “confessionalização da política” (PIERUCCI, 1989, p. 104-132) ou da “publicização da religião”

---

¹⁰ Para uma discussão sobre a não conveniência de aplicar o rótulo de fundamentalista religioso às estratégias conservadoras da direita religiosa evangélica contemporânea no Brasil, ver Burity (2018, p. 43-49).

¹¹ Tomo aqui o conceito de conservador das formulações de Karl Mannheim enquanto um *estilo de pensamento* que tem sua gênese na Europa conflagrada das revoluções dos séculos XVIII e XIX, como reação ao Iluminismo. O conservadorismo se expressa através de uma mentalidade reativa que incorpora valores pretéritos e os aplica, como forma de resistência, a conjuntura de transformações. É um tipo de pensamento que apela para uma “intuição concreta” contra a idéia da razão universal, daí valorizar as experiências concretas enraizadas, tidas como “naturais”, como: a família, a religião, o torrão natal (MANNHEIM, 1982, p. 107-136.). A tipificação de conservador seguirá sendo aplicada às coligações cristãs (evangélico-pentecostais e católica), tipo “bancada evangélica”, ao longo do texto. Inclusive com compatibilidade com suas intervenções modernas e dentro do formato republicano.

¹² A articulação entre as noções de modernidade e conservadorismo ou tradicionalismo parece ser uma contradição em termos. Porém, dentro de uma perspectiva sociológica que busca superar dicotomias entre estes dois momentos históricos, formas societárias e tipos de mentalidade e cosmovisão, ainda que considerando a tensão entre os dois domínios, é preciso examinar as continuidades e complementaridades entre ambos. Aqui a inspiração é a visão de modernidade de Giddens (1991).

(CASANOVA, 2006; MONTERO, 2018) na forma de ativismo político que termina influenciando no arcabouço jurídico-normativo do Estado e esfera pública no Brasil.

Estilos de presença pública das religiões cristãs no Brasil e conseqüências para as eleições de 2018

Numa concepção mais alargada do conceito de secularização, a partir das contribuições do sociólogo José Casanova, vê-se que este pode ser compreendido, de um lado como um processo de separação e diferenciação entre a esfera religiosa e as esferas seculares: Estado, economia e ciência (CASANOVA, 1994); mas por outro, como um processo de interferência e articulação entre os domínios religioso e secular (CASANOVA, 2006). Esta segunda concepção de relacionamento do religioso com o secular, o autor nomeou de “religião pública”. Ou seja, quando a religião irrompe atuando como um ator, dentre outros, na esfera pública, o que pode ser definido na fórmula mais geral: *religião, “fora da igreja”*, segundo o comentário que Montero fez ao conceito de Casanova (MONTERO, 2018, p. 27). A religião pública, segundo Casanova, atua em três dimensões: no aparato do Estado, no sistema político e enquanto força mobilizadora na sociedade civil. Isto se dá, quando opera em si mesmo, uma estratégia de “desinstitucionalização [religiosa] voluntária” para atuar como uma das forças da sociedade civil, cumprindo um papel na democratização de sociedades como o que ocorreu, segundo ele, na Espanha, Polônia, Brasil, etc. (CASANOVA, 1994, p. 08). Burity também adota o conceito de “religião pública”, que revela um processo de exposição pública, em que a religião se deixa interferir por “outro não religioso” ou “outro religioso” de forma “relacional” e esta interação amplia sua própria identidade religiosa. (CASANOVA, 2016, p. 39)

Tomando esta idéia de secularização, como diferenciação e articulação do religioso e do secular, penso que no Brasil atual a relação entre religião e política/gestão do Estado, obedece duas dinâmicas antagônicas e complementares: quando a religião contamina diretamente às regras do funcionamento da esfera pública e política com sua cosmologia, moral e valores, mas também quando critérios laicos e humanistas influenciam religiões na suas concepções da realidade.

Assiste-se então, na atualidade do Brasil uma clivagem entre uma forte determinação religiosa na esfera pública em *tensão* com uma menor influência dos critérios laicos de secularização e autonomia nas religiões. O que tem se traduzido nos posicionamentos e distribuição dos segmentos religiosos pelas forças e correntes políticas existentes¹³.

De um lado, um pujante engajamento político de expressivas correntes religiosas brasileiras, maciçamente evangélico-pentecostais, engrossado por segmentos da hierarquia, do clero e dos movimentos carismáticos da Igreja Católica, somados ainda a kardecistas-espíritas (MIRANDA, 2013, p. 69-85). Este frente cristã conservadora/tradicional, através de seus dogmas/princípios religiosos, contribuiu decisivamente para um projeto totalizante, propugnador de ordem monista, organizado sob uma concepção hierárquico-autoritária da família, das etnias, das classes, da

---

¹³ Mas, para além das divisões, há de forma geral uma presença cada vez mais naturalizada da religião no campo da política. Um dos indicadores disto é o fato, de que nesta eleição de 2018, centenas de candidatos usarem títulos religiosos na sua inscrição como candidatos a postos parlamentares. No Rio de Janeiro, uma pesquisa detectou 521 casos, distribuídos em 313 intitulações como “pastor(a)”; 97 “irmão(ã)”, 40 “missionário”; 29 “bispo”, 17 “padre”, 9 “apóstolo”, 3 “frei”, 2 “reverendo” e 1 “presbítero” e também, fora do campo cristão, 10, “mãe/pai de santo. “Mais de 500 candidatos usam títulos religiosos no nome de urna. UOL, Eleições 2018, por Lucas Gelape e Rafaela Putini, 20/08/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/20/mais-de-500-candidatos-usam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2019.

produção econômica. Estas forças deram explícito suporte e vocalizaram seus interesses através da candidatura Bolsonaro.

De outro lado, um engajamento mais difuso e discreto no meio religioso – pelo seu caráter secularizado e de respeito às mediações sociológicas, científicas e da diversidade – de setores católicos/protestantes de organizações sociais e pastorais e das articulações dos movimentos inter-religiosos com incorporação das religiões afro-brasileiras e outras espiritualidades minoritárias. Aqui, a adesão a projetos aonde a religião aceita e tem uma abertura para a transformação dos costumes, da ética e dos estilos da sociedade, da relação com o meio ambiente e das relações no trabalho. Projetos que estiveram em torno das candidaturas de Hadadd, de Boulos, na de Marina, de Ciro e que convergiram, ainda que com marcadas divergências, para a candidatura do PT no 2º turno.

Eis como as religiões se dividiram no 1º turno das eleições presidenciais de 2018 segundo Pesquisa Data Folha publicada no G1¹⁴:

Católicos – Bolsonaro 29%, Hadadd 25%, Ciro 11%, Alkmin 9%, Marina 3%

Evangélicos – Bolsonaro 40%, Hadadd 15%, Ciro 7%, Alkmin 9%, Marina 5%

Kardecismo – Bolsonaro 40%, Hadadd 13%, Ciro 13%, Alkmin 7%, Marina 3%

Afro-Brasileiras – Bolsonaro 15%, Hadadd 24%, Ciro 15%, Alkmin 6%, Marina 13%

Ateus – Bolsonaro 16%, Hadadd 28%, Ciro 19%, Alkmin 7%, Marina 6%

Sem religião – Bolsonaro 25%, Hadadd 22%, Ciro 15%, Alkmin 7%, Marina 3%

Já em pesquisa no 2º turno das eleições presidenciais, segundo o Ibope¹⁵, a divisão foi a seguinte:

---

¹⁴ Pesquisa Datafolha de 02 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e raça. G1 02/10/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-de-2-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2019.

Católicos – Bolsonaro 48%, Hadadd 42%,

Evangélicos – Bolsonaro 66%, Hadadd 24%,

Essa correspondência entre uma maioria de segmentos religiosos (cristãos) e uma política conservadora encontrou sua expressão maior no Congresso Nacional. Ao longo das últimas legislaturas (2006, 2010) a chamada Frente Parlamentar Evangélica (TREVISAN, 2013, p. 29-57; Tadvald, 2015, p. 259-288), com seus 84 parlamentares filiados, abarcando 16% dos parlamentares do Congresso, capitaneou uma “bancada cristã”, assim como uma “frente em defesa da família e apoio a vida” com cerca de 180 deputados e 04 senadores, aonde incorporaram os católicos. Estes, distribuídos estrategicamente em 159 das 189 Comissões Parlamentares, obtiveram vitórias parciais para serem consolidadas em legislaturas vindouras. Com uma atuação eficiente, em termos de organização de bancada, aprenderam a utilizar o mecanismo processual da dinâmica parlamentar republicana, fazendo o monitoramento das matérias a entrar nas pautas de votação para, em seguida, intervir nelas (TREVISAN, 2013, p. 29-57).

Dentre os projetos de lei que conseguiram aprovar, pode-se destacar: a atuação na Comissão Especial da Câmara dos deputados, na PEC 181¹⁶, originalmente para tratar de aumento na licença maternidade, transformada em um projeto para considerar ilegal todo tipo de aborto. Atualmente a legislação permite o aborto em caso de risco de vida e em caso de estupro. Este projeto agora espera encaminhamento para votação em

---

¹⁵ Pesquisa Ibope de 15 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e cor. *G1, Eleições 2018*, 16/10/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/16/pesquisa-ibope-de-15-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-cor.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2019.

¹⁶ A sigla significa Projeto de Emenda Constitucional, que pode representar uma adição ou modificação ao texto da Constituição original da Lei Maior, sem que sejam feridos os seus princípios básicos. Para ser aprovada, a proposta deverá obter os votos de três quintos, no mínimo, do número total de deputados da Câmara em cada turno da votação. Ou seja, aprovação de 308 dos 513 deputados.

plenário. Em 2017, no governo Temer, a mesma bancada exigiu com sucesso, a supressão no texto da “base nacional curricular” do MEC, da noção “identidade de gênero e orientação sexual”¹⁷. Segue em tramitação na Câmara, a PEC 181, para elaboração de um “Estatuto da Família” em que está assegurado “seu caráter monogâmico de homem-mulher” conforme o deputado-pastor Lincoln Portela (PRB-MG); proposta referendada pelo deputado recém eleito pelo Ceará Heitor Freire (PSL-CE): “Defendemos a família no modelo Jesus, Maria e José. O resto é arrumação”.

A despeito de sua atuação moderna, do uso do léxico e procedimentos da dinâmica parlamentar, um conteúdo extremamente conservador se encontra revestido pelo invólucro destas normas republicanas. No que diz respeito às proposições de regulamentação dos direitos reprodutivos das mulheres, dos direitos civis de homossexuais e trans-sexuais, da inclusão das discussões de gênero nos currículos escolares, tomam estas iniciativas como atentatórias “à moral e os bons costumes” e promovem uma reação amplificada como se elas fossem provocar uma hecatombe de destruição da família e da sociedade. O que estudiosos têm classificado como “pânico moral”¹⁸.

Intentam então, fazer prevalecer leis, como dito acima, que proíbem aborto até em casos de estupro e que reduzem a concepção de família moderna a uma forma pretérita, sem considerar as transformações por que tem passado a sociedade. Dentre estas transformações destaca-se: o fato de que as mulheres são muitas vezes as guardiãs

---

¹⁷ “Cultos, alertas e chamados movem a ‘bancada da Bíblia’ no Congresso”. *Isto É/Estadão*, 12/08/2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/cultos-alertas-e-chamados-movem-a-bancada-da-biblia-no-congresso/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

¹⁸ Noção formulada por Stanley Cohen em 1972 para dar conta de temores sociais em relação a determinados comportamento e grupos considerados desviantes e promotores de possíveis transformações sociais. Produz-se então uma amplificação da pretensa ameaça e rotulação do antagonista como uma ameaça social (COHEN, 1972).

da família; as situações de adoção, de divórcio, da guarda compartilhada e da paternidade/maternidade socio-afetiva. Enfim, processos socio-culturais que vem pluralizando a experiência de família na contemporaneidade (FONSECA, 2005, 2002)

Análises teológicas contemporâneas reputam que esta visão defendida pela liderança evangélica e católica tradicional está baseada numa interpretação vetero-testamentária da Bíblia situada no Deuteronômio e no Levítico. Lá, prevalece uma idéia de um Deus punitivo que atribui pecado a tudo, ao contrário de uma hermenêutica bíblica contemporânea que incorpora as mediações da modernidade, das transformações históricas e culturais da contemporaneidade¹⁹. Não levam, portanto em conta a flexibilidade colocada pelo Novo Testamento que derroga a visão autoritária do Antigo em prol do perdão e da misericórdia.

Quanto a uma avaliação do resultado da “bancada evangélica” nestas eleições de 2018 para o Congresso Nacional, temos que esta elegeu candidatos em 25 dos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Disseminada em 23 partidos, dos quais o PRB, onde atua a Igreja Universal concentrou a maioria dos eleitos, com 22 deputados, seguido do PSC com 7, do PSD também com 7, do PP com 6 do DEM com 6, (o que comporia o chamada “Centrão”) e o PSL de Bolsonaro com 7 deputados. A bancada de 84 parlamentares na legislatura passada cresceu para 91 e 07 senadores. Um crescimento significativo. Destes, 40 deputados se reelegeram e 38 foram eleitos pela primeira vez, numa considerável e expressiva renovação. O Pastor Hizeku Takayama, líder da Frente Parlamentar Evangélica não se elegeu; assim como o conhecido senador Magno Malta defensor da noção de “família tradicional” mencionada acima e autor da

---

¹⁹ “Análise: Para ser coerente, a bancada evangélica precisa abandonar a defesa do Antigo Testamento. Stefano Salles em Época, 03/10/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/analise-para-ser-coerente-bancada-evangelica-precisa-abandonar-defesa-do-antigo-testamento-23124916>. Acesso em: 11 fev. 2019.

PEC contra a criminalização da LGBTfobia, foi derrotado por Fabiano Contarato, candidato pela da Rede, declaradamente homossexual. As Assembléias de Deus através de suas confederações de igrejas foram as que mais elegeram parlamentares, 32, sendo os mais votados João Campos (PRB-GO) e Felipe Francischini, filho do delegado Francischini (PSL-PR) coordenador da campanha de Bolsonaro. Em 2º lugar ficou a IURD com 19 deputados, em 3º as Igrejas Batistas com 12, dentre estes, Eduardo e Flávio Bolsonaro respectivamente do PSL de São Paulo e Rio de Janeiro e Joyce Hasselman (PSL-SP). Depois das três igrejas que concentram mais parlamentares, computa-se as demais, como a Igreja Presbiteriana com 5 deputados, Evangelho Quadrangular com 4, Internacional de Graça de Deus com 3, Igreja Luterana com 3 e da Maranata com 2 deputados. Outras nove igrejas elegeram o restante dos parlamentares. Para o Senado as Assembléias de Deus elegeram 5, as Batistas, 2, a Nova Vida, 1 e a Luz para os Povos, um também²⁰. A expectativa do bloco é aumentar sua influência no parlamento, com o alinhamento ao governo Bolsonaro. Em vez de atuar apenas no sentido de barrar os projetos de ampliação dos Direitos Humanos que incorporavam direitos sexuais e reprodutivos, encaminhados por deputados laicos e de esquerda, como faziam em legislaturas anteriores, agora querem ser propositivos em termos de leis: “Ao invés de segurar a pauta da esquerda (...) [ela] que trate de obstruir para segurar nossos projetos. O jogo se inverteu” afirmou o deputado reeleito Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) ligado ao midiático conservador pastor Silas Malafaia²¹.

---

²⁰ “Renovada, bancada evangélica chega com mais força no Congresso”. *Congresso em foco*. UOL, por Luísa Marini e Ana Luíza de Carvalho, 17/10/2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

²¹ “Renovada, bancada evangélica chega com mais força no Congresso”. *Congresso em foco*. UOL, por Luísa Marini e Ana Luíza de Carvalho, 17/10/2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

De fato, atuaram nas legislações anteriores com êxito obstaculizando projetos que queriam colocar em pauta a discussão sobre a legalização do aborto, a descriminalização o uso de drogas, o casamento homoafetivo e a criminalização da homofobia. E agora pretendem propor na atual legislatura: projetos de legislação anti-drogas, de um “Estatuto da Família” que restringe a idéia de família a homem/mulher e filhos; projeto da “Escola sem partido”, legislação coibindo nas escolas conteúdos pedagógicos, segundo eles, como de “ideologia de gênero” e “erotização da infância” e “doutrinação de esquerda”.

Para tal, estão respaldados em uma base eleitoral avultada, atualmente, segundo pesquisas, 66% dos evangélicos e 48% dos católicos apóiam campanhas pelo armamento da população, defendem a segregação de negros e indígenas com a anulação de medidas de reconhecimento dos seus territórios, são a favor de um controle do Estado sobre a sexualidade, apóiam a transferência das crianças das escolas públicas para creches confessionais com o ensino religioso e, por fim da luta contra o que consideram um “comunismo”, que julgam crescente nas instituições públicas²². Estas idéias foram incorporadas na campanha presidencial Bolsonaro. As imagens do pastor Marcos Feliciano, de funcionárias da Arquidiocese do Rio de Janeiro e da membresia de uma igreja pentecostal com os dedos em forma de arma, gesto político de Bolsonaro, são um testemunho desta opção.

Diante deste crescente endurecimento autoritário que irrompeu explicitamente em parcela considerável de cristãos no Brasil, como mencionado no parágrafo anterior, a doutora na área de Comunicação e teóloga cristã, Magali Cunha, buscou interpretar

---

²² “‘Lobos devoradores’ e o cristofascismo no Brasil”. Magali Cunha, Carta Capital, 20/02/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/201clobos-devoradores201d-e-o-cristofascismo-no-brasil/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

esse fenômeno articulando-o a uma reflexão que foi formulada na Europa nos 1970 pela teóloga alemã Dorothee Sölle²³. Esta cunhou o termo “cristofascismo” para caracterizar as relações das igrejas cristãs luteranas na Alemanha dos anos 1930 com o III Reich de Hitler. Esta afinidade do cristianismo alemão daquela época com o nazismo emergente se deu pela aversão que estes cristãos tinham pela República democrático-laica de Weimar, tida por eles como um “poder irreligioso” e pelo vislumbre da alternativa nacional-socialista (nazista) como portando um possível “cristianismo positivo” que se demarcaria da presença embaraçosa dos judeus. Transportando esta reflexão para o Brasil atual, a adesão destes cristãos brasileiros ao projeto de uma supremacia branca e masculina, a intenção e ação de supressão da conduta social de grupos que exibem publicamente sua orientação sexual; a virulência contra a reivindicação de feministas de controle dos seus corpos e por fim a acusação de “comunista” a projetos políticos que se opõem ao seu, tudo isto permite, guardadas as distâncias históricas, esta comparação com o “cristofascismo” alemão, que deformou o cristianismo, uma doutrina de paz, amor e transcendência em um projeto político de supressão e aniquilamento das diferenças.

No 2º turno das eleições presidenciais o campo religioso (cristão) foi atravessado, de novo, pela divisão entre os dois projetos e concepções do papel público das religiões:

Bolsonaro recebe o apoio da Frente Parlamentar Evangélica através de carta entregue pelo seu líder, o deputado Hizeku Takayama, acompanhado pelo Ministro da Secretaria Geral da Presidência do governo Temer, Ronaldo Fonseca, “pela sua defesa

---

²³ Idem.

dos valores da família cristã”²⁴. No mesmo momento, o Pastor José Wellington presidente da Confederação Geral das Assembléias de Deus do Brasil (CGADB) empresta o apoio dos assembleianos ao candidato sob a “unção de Deus”²⁵. Logo em seguida, a IURD anuncia seu apoio a Bolsonaro, pelo Bispo Macedo e o entrevista na Record no mesmo horário do debate dos candidatos na rede Globo²⁶. Ana Paula Valadão, a popular cantora gospel do Ministério Louvor Diante do Trono da Igreja Batista da Lagoinha também manifesta seu apoio²⁷. No que diz respeito aos católicos, Bolsonaro visita o cardeal Orani Tempesta onde firma compromisso em cima de alguns pontos: “o direito pleno à vida (...) combatendo toda lei e decisão a favor do aborto; “o verdadeiro sentido do matrimônio, como união entre homem e mulher (...)” – “o combate a ideologia de gênero, o ensino religioso confessional” – “o combate a liberação das drogas e da prostituição”²⁸. Também aparece em vídeo gravado com lideranças da Renovação Carismática Católica (RCC) que manifestam apoio e impondendo as mãos na cabeça do candidato fazem uma “oração em línguas”. Recebe ainda apoio do

---

²⁴ “Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro”. UOL, Estadão, por Constança Rezende, 04/10/2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/10/04/bancada-evangelica-da-camara-oficializa-apoio-a-bolsonaro.htm>. Acesso em: 16 fev. 2019.

²⁵ “Presidente da CGADB visita Bolsonaro e declara apoio ao presidencial, *CAGDB*, 14/10/2018.” Disponível em: <http://www.cgadb.org.br/2018a/index.php/home/features-2/noticias/presidente-da-cgadb-visita-bolsonaro.html>. Acesso em: 16 fev. 2019.

²⁶ “Bispo Macedo declara apoio a Bolsonaro” *Estadão, Política*, por Felipe Frazão, 30/09/2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro,70002526353>. Acesso em: 16 fev. 2019.

²⁷ “Após apoiar Bolsonaro, Ana Paula Valadão chora e revela que perdeu sucesso nas igrejas. TV em Fôco, por Lucas Medeiros, 10/12/2018. Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/apos-apoiar-bolsonaro-ana-paula-valadao-chora-e-revela-que-perdeu-o-sucesso-nas-igrejas/>. Acesso em: 16 fev. 2019

²⁸ “Bolsonaro visita arcebispo do Rio e assina compromisso com valores conservadores. *Isto É*, 17/10/2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-visita-arcebispo-do-rio-e-assina-compromisso-com-valores-conservadores,b06fdae856628b16e5d178b76f9429c4p9bh2qja.html>. Acesso em: 16 fev. 2019

padre Paulo Ricardo (RCC) do padre-cantor Cleidimar Moreira e do padre Antonio Furtado da Comunidade Shalom²⁹.

O candidato do PT, Fernando Hadadd reuniu-se com a cúpula da CNBB e assumiu compromisso com o combate a cultura de violência – defesa da democracia – fortalecimento dos órgãos de combate a corrupção – proteção ao meio ambiente e a vida – contra a legalização do aborto³⁰. Sem mencionar apoio explícito à candidatura da esquerda, a CNBB sul através do Cardeal Reginaldo Andretto, Bispo de Jales, se reportando à cartilha da CNBB defendeu o pluralismo e a democracia e criticou o poder decisório do *marketing* eleitoral e as *fake news*, a disseminação da violência, racismo, homofobia, preconceito contra as mulheres e a apologia a tortura, a pena de morte e o armamentismo³¹. Além disso, Hadadd recebeu apoio de segmentos e lideranças evangélicas reunidas em torno da Frente Evangélica pelo Estado de Direito, composta por igrejas Metodista, Presbiteriana, Batista, Anglicana, Assembléias da Deus, Betesda, IBAB. Na ocasião firma compromisso com: o combate a pobreza, a defesa da liberdade religiosa e a submissão dos temas controversos como a legalização do aborto e das drogas a decisão do Congresso³².

---

²⁹“Os soldados de Cristo batem continência ao capitão (parte II) *Segunda Opinião*, por Emanuel de Freitas, 06/10/2018”. Disponível em: <https://segundaopinio.jor.br/os-soldados-de-cristo-batem-continencia-para-o-capitao-parte-ii-por-emanuel-freitas/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

³⁰ “Na CNBB, Hadadd firma compromisso pró-vida e contra a violência. *CUT*, 11/10/2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/na-cnbb-haddad-firma-compromisso-pro-vida-e-contra-a-violencia-0d95>. Acesso em: 17 fev. 2019.

³¹ “Dom Andrietta, votar em quem? Em quem tem histórico a favor de trabalhadores, idosos, sem teto e desempregados. *Vio Mundo* 04/10/2018”. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/dom-andrietta-votar-em-quem-em-quem-tem-historico-em-favor-de-criancas-adolescentes-jovens-trabalhadores-idosos-sem-teto-e-desempregados.html>. Acesso em: 17 fev. 2019.

³² “Hadadd se reúne com evangélicos e recebe apoio para o segundo turno, Brasil de Fato, por Lú Sodré, 17/10/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/haddad-se-reune-com-evangelicos-e-recebe-apoio-para-o-segundo-turno/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

Um rápido olhar nas duas pautas e compromissos constata visões antitéticas sobre o papel que a religião deve ter no espaço público. No caso da Frente Parlamentar Evangélica representativa de centenas de evangélicos junto com segmentos expressivos da Igreja Católica, bispos e clero conservador, movimentos carismáticos e comunidades tradicionalistas, que declararam adesão à candidatura Bolsonaro, sobressai uma agenda de *moral* e costumes em torno de concepções conservadoras da família e da sociedade, prevalecendo a idéia da supremacia cristã. Por outro lado setores também consideráveis da Igreja Católica, da CNBB, das Pastorais, alguns sem manifestar um apoio explícito a candidatura, mas as idéias em torno dela; assim como, de segmentos evangélicos minoritários que deram seu apoio explícito a candidatura Hadadd, defendem uma agenda de cunho *social*, que no tocante ao tema da religião pugnam pelo reconhecimento e o respeito a pluralidade religiosa pelo Estado.

Com o desfecho das eleições presidenciais de 2018 que marcou o triunfo eleitoral da coligação de direita que apoiou Bolsonaro, se consolida no poder uma visão religiosa de caráter obscurantista e intolerante. Com isto, cresce a preocupação em torno das garantias que o Estado (laico) deve assegurar à liberdade religiosa (principalmente de religiões não-cristãs), à diversidade e pluralismo religioso, à liberdade de opinião e crença, inclusive a de não possuir religião. E fundamentalmente a garantia de que as políticas públicas e sociais, as normas jurídicas, emanadas dos poderes conferidos pela Constituição, sejam regidas por critérios do Estado democrático do direito e da soberania popular, ainda que incorporando valores religiosos com o mesmo *status* de outros provenientes de tradições laicas: científicas, dialéticas, psicanalíticas, pedagógicas, sanitárias, etc. Neste sentido, como já havia sugerido o filósofo Jurgens Habermas, os valores éticos, morais religiosos podem ser apropriados na cultura política

e instituições democráticas, mas, desde que passem por um processo de tradução de seu discurso religioso para o idioma secular, instrumento das deliberações formais nos corpos parlamentares e da burocracia administrativa estatal (HABERMAS, 2008; HABERMAS; TAYLOR, 2011, p. 60-69)

Por tudo isto, declarações intempestivas de campanha do candidato vitorioso à presidência da República, Jair Bolsonaro, no que diz respeito ao papel da religião em relação ao Estado, repercutem como um desafio a ordem constitucional e a laicidade do Estado, onde a cidadania, e não a religião deve ser o critério do bem comum. Disse ele: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não! O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar às majorias”³³.

CONCLUSÃO

A oração proferida pelo então senador evangélico Magno Malta, um dos próceres da campanha de Bolsonaro, na casa do candidato vitorioso, logo após ter sido anunciado o resultado das eleições presidenciais de 2018³⁴, foi emblemática da proeminência que a participação religiosa evangélica adquiriu neste processo. E esta *performance* no momento inaugural do novo governo parecia indicar um destaque do segmento religioso nas políticas públicas que seriam aplicadas pelo executivo.

---

³³ “Sem essa de Estado Laico, somos um Estado Cristão”, afirma Bolsonaro. *GospelPrime*, 10/02/2017. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/sem-estado-laico-somos-cristao-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

³⁴ O candidato do PSL o ex capitão do Exército Jair Bolsonaro venceu as eleições com 57.797,847 votos, 55,13% dos votos válidos contra 47.040.906, 44,87% dos votos dados ao professor universitário Fernando Hadadd do PT. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/apuracao/2turno/brasil/>. Sobre a repercussão da oração de Magno Malta no primeiro pronunciamento de Bolsonaro depois de eleito. Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/eleicoes_2018/2018/10/em-discurso-bolsonaro-da-a-palavra-a-magno-malta-que-faz-oracao-1014153897.html. Acesso em: 20 fev. 2019.

No entanto, o próprio destino do personagem em questão, a princípio cotado para ocupar um ministério importante, mas relegado ao ostracismo que o fez abandonar a vida pública, ainda que com os protestos dos seus pares evangélicos³⁵, foi sintomático de uma desconsideração em relação a este segmento na composição governamental do “bolsonarismo”. É fato que uma assessora do ex-senador, a pregadora da igreja Batista da Lagoinha, Damares Alves foi nomeada Ministra dos Direitos Humanos. Do mesmo modo, suas escolhas para compor as secretarias deste Ministério revelam a intenção deste passar a ser um nicho de ações religiosas conservadoras para os segmentos sociais da sociedade civil: mulheres, minorias étnicas, juventude e família³⁶. Mas a personalidade histriônica e declarações inapropriadas da Ministra – tais como, que “é a igreja evangélica e não a política que vai mudar a nação”³⁷; ou que a igreja evangélica

---

³⁵ Depois de reiterados anúncios de que o ex-senador evangélico Magno Malta, aliado de primeira hora do candidato Bolsonaro junto ao segmento evangélico, iria compor um Ministério do governo Bolsonaro, ele não foi chamado e se retirou ressentido da política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/minha-vida-nao-depende-de-bolsonaro-diz-magno-malta-sobre-cargo-no-governo-23282441>. Lideranças evangélicas representadas pelo pastor Silas Malafaia criticaram o esquecimento do nome do ex senador dizendo que foi imerecido pela dedicação deste a campanha e ao projeto presidencial de Bolsonaro: “Malta, perdeu a eleição porque se dedicou a campanha de Bolsonaro”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/minha-vida-nao-depende-de-bolsonaro-diz-magno-malta-sobre-cargo-no-governo-23282441>. Acesso em: 20 fev. 2019

³⁶ A Ministra Damares nomeou para as Secretarias que compõe o Ministério, pessoas de extração religiosa conservadora, na maioria evangélica, mas também católica: para a Secretaria de Proteção Global que cuida das políticas de combate ao trabalho escravo e as demandas dos LGBTs, foi nomeado o procurador da fazenda e pastor da Igreja Batista da Lagoinha (mesma Igreja da ministra) Sérgio Augusto de Queiroz; para a Secretaria da Mulher, a deputada Tia Heron da neopentecostal Igreja Universal, depois anota-se o registro de outra nomeação, a de Sônia Winter, ex-feminista e atualmente católica do movimento “Escola Sem Partido” ; para a Secretaria da Juventude, a jovem vereadora de Santa Catarina, Jayana Nicaretta Silva, católica e também ligada ao movimento da “Escola sem Partido”; para a Secretaria de Promoção da Igualdade Social, Sandra Terena, índia de confissão evangélica que protagonizou a infundada denúncia sobre prática de infanticídio nas aldeias do Alto Xingu; para a Secretaria da Família, Ângela Gandra, representante da União dos Juristas Católicos e filha do jurista Yves Gandra, católico conservador ligado a Opus Dei. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conservadores-religiosos-vaio-comandar-politicas-de-direitos-humanos-23347701>; <https://www.poder360.com.br/governo/damares-nomeara-ex-feminista-em-cargo-no-ministerio-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

³⁷ Disponível em: <http://m.leiaja.com/politica/2018/12/07/futura-ministra-coleciona-declaracoes-polemicas/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

perdeu espaço quando deixou a teoria da evolução entrar nas escolas”³⁸, no que tange a relação da religião com o Estado moderno – tem causado embaraços a dignidade e função precípua do cargo que ocupa. Outro desconforto para os evangélicos diante do governo Bolsonaro, foi a solicitação pelo presidente à bancada evangélica de indicação de três nomes para o cargo de Ministro da Cidadania, o que foi feito, e, no entanto, o nome escolhido foi externo ao grupo, o do deputado da política tradicional do MDB, Osmar Terra³⁹.

Confirmando este jogo de “linhas de força”, nem sempre favoráveis aos evangélicos, da mesma forma que a “onda conservadora quebrada” da reflexão do antropólogo Ronaldo Almeida (2017), o governo Bolsonaro está dividido em grupos de interesses, não se configurando como um bloco monolítico. Segundo analistas políticos, grosso modo, são estes os grupos: os neo liberais, os militares, os evangélicos, os juristas da Lava-Jato e o núcleo familiar do presidente. Neste sentido, os interesses religiosos de ocupação do espaço público - que tem seu maior cacife no seu bloco parlamentar na Câmara Federal - podem ser contidos pela principalidade que os projetos econômicos e os de segurança do Estado exercem na administração do novo governo. As recentes articulações para priorizar a “pauta econômica” – a Reforma de Previdência e demais ajustes na Reforma Trabalhista – em detrimento da “agenda moral”, capitaneadas pelo recém-eleito presidente da Câmara, Rodrigo Maia e de interesse do núcleo econômico do governo liderado pelo executivo do “mercado” Paulo Guedes, dá

---

³⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/09/ministra-damares-se-envolve-em-nova-polemica-a-teoria-da-evolucao.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2019

³⁹ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/indicacao-de-osmar-terra-e-da-cota-dele-bolsonaro-diz-presidente-de-frente-evangelica.e032b547872b9d62244f50075d9b8af86g6ltpfs.htm>. Acesso em: 28 fev. 2019

a dimensão do que realmente vem interessando o comando da elite política brasileira⁴⁰. Também não quero dizer com isto, que a bancada evangélica desconsideraria uma “pauta econômica”, de cunho liberal, nem que seu projeto “moral” não possa se compatibilizar com a agenda liberalizante na economia. Estudiosos têm demonstrado que o projeto do Partido Social Cristão, que abriga representantes de diversas igrejas evangélicas; assim como católicos conservadores, “mescla defesas de pautas morais e defesa do liberalismo econômico (VALLE, 2018, p. 85). Do mesmo modo, o candidato evangélico às eleições de 2014, o Pastor Everaldo deste partido, “fez o discurso que combina menor presença do Estado na economia e mais regulação jurídica da moralidade pública” (ALMEIDA, 2017, p. 14). Mas o que desejo frisar, é que na correlação de forças governamental, a iniciativa política e de poder, no momento, se encontra com o núcleo econômico (e também com o militar) em detrimento daquele religioso, que afora seus nichos secundários, não consegue imprimir um conteúdo religioso ao rosto oficial do governo.

Talvez esteja em torno do vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, que expressa o ponto de vista militar – setor de presença crucial no atual governo – as posições de maior rechaço às reivindicações da liderança evangélica para as políticas estratégicas governamentais. Sua opinião ao desautorizar a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para a cidade de Jerusalém, por questões de geopolítica e interesses econômicos junto aos países árabes (tradição diplomática brasileira de longo tempo), desagradou deveras à bancada evangélica no Congresso, para quem esta proposta de cunho político profético religioso, era um compromisso de

---

⁴⁰ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/maia-fara-avancar-pauta-economica-mas-nao-agenda-moral-apostam-especialistas/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

campanha de Bolsonaro⁴¹. O general vice-presidente também defendeu que a contra concepção e as doenças sexualmente transmissíveis sejam questões de políticas públicas e não de juízo moralizantes, causando desagrado nos setores religiosos de apoio ao governo⁴². E dentre os militares no executivo, não apenas o vice-presidente, mas o astronauta tenente coronel da FAB e ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes instado a se pronunciar sobre as declarações da ministra evangélica dos Direitos Humanos sobre a Teoria da Evolução, afirmou que “não se deve misturar ciência com religião”⁴³.

Pelo exposto, me parece que a adesão eleitoral quase que em uníssono na campanha de Bolsonaro⁴⁴ das principais igrejas evangélicas através de suas principais lideranças (assim como, de expressivos setores conservadores e carismáticos católicos) – Assembléias de Deus do Pastor José Wellington, a Igreja Universal do Reino de Deus do bispo Macedo, a Igreja Mundial do Poder de Deus de Valdomiro Santiago, as Convenções Batistas, etc. – não repercutiram tanto em seu favor, nos postos chaves e nas políticas até agora enunciadas pelo governo empossado. Tudo isto, a despeito destes

---

⁴¹ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,desenvoltura-de-mourao-desperta-a-ira-de-evangelicos,70002714747>. Acesso em: 28 fev. 2019.

⁴² Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-02-01/mourao-aborto.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

⁴³ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ciencia-e-tecnologia-br/marcos-pontes-sobre-damares-nao-se-deve-misturar-ciencia-e-religiao>. Acesso em: 28 fev. 2019

⁴⁴ Em eleições anteriores os evangélicos e católicos cindiram-se entre candidatos presidenciais, como naquela de 2010 quando importantes expressões do meio evangélico apoiaram a candidatura Dilma Rousseff do PT, como Manoel Ferreira presidente da Convenção Nacional das Assembléias de Deus e deputado federal (PP/RJ), o bispo e Senador Marcelo Crivella da IURD (PRB/RJ), o senador Magno Malta (PR/ES), o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Robson Rodovalho da igreja Sara Nossa Terra (PP/DF) além do católico Gabriel Chalita candidato ao governo de SP pelo PMDB. Apoiaram a candidatura José Serra do PSDB, o pastor Silas Malafaia da Assembléia de Deus Vitória em Cristo, o pastor Paschoal Piragine da Igreja Batista em Curitiba, os bispos católicos D. Aldo Pagotto arcebispo da Paraíba, D. Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo de Guarulhos, bispos da Regional Sul da CNBB, o padre José Augusto da TV Canção Nova (MARIANO; ORO, 2009, p. 11-38)

conseguirem formar uma expressiva bancada evangélica de 91 deputados e 07 senadores.

Interessante notar que no estudo de Dias Silva e Barbosa, para o caso dos EUA, da participação pioneira dos conservadores evangélicos norte americanos na política, os autores frisam que a despeito dos evangélicos terem sido força decisiva na eleição do governo Ronald Reagan em 1980, as decisões políticas do governo não contemplaram a pauta moral exigida por eles. Isto se deu porque a orientação governamental privilegiou uma pauta econômica neo-liberal e as negociações geopolíticas com a URSS (Silva & Barbosa, 2019:202-204)⁴⁵, com extrema semelhança com o que vemos se desenhar aqui, como argumentei mais acima.

O poder de barganha da bancada evangélica é considerável. Porém dismantelar, a partir de uma “agenda moral” religiosa-conservadora, uma política pública de direitos de minorias, dos povos tradicionais, da infância-adolescência, agenda sanitária e educacional construída a partir da Constituinte de 1988 – inclusive com inserção destes direitos em cláusulas pétreas na Constituição e com concurso para tal de especialistas de diversos campos da esfera pública e da sociedade civil – é uma tarefa cercada de considerável dificuldade.

---

⁴⁵ “Com sua notória habilidade, e falando fluentemente a linguagem do evangelicalismo, Ronald Reagan conquistou a maioria dos votos evangélicos americanos, sendo com isso impulsionado à vitória nas eleições presidenciais de 1980, ao apresentar uma agenda de campanha que parecia representar todas as posições políticas e anseios morais e espirituais dos fundamentalistas protestantes. No entanto, apesar de ter-se comprometido pessoalmente em representar a causa conservadora e fazer os valores políticos e morais dos evangélicos serem ouvidos e melhor compreendidos em todo país, após eleito, e em seus dois mandatos (1981-1989), Reagan, “o ungido dos tradicionalistas”, frustrou as expectativas sobrejamente otimistas deste grupo de eleitores. A realidade é que, pelo fato da ênfase principal do governo do presidente americano ter sido a economia nacional e a relação com a (hoje extinta) União Soviética, Reagan acabou por negligenciar os temas considerados como prioridade pelos evangélicos fundamentalistas, frustrando, assim, a liderança destes conservadores sociais religiosos” (SILVA; BARBOSA, 2019, p. 191, 192, 196, 197, 202-204).

Não obstante, temos que levar em conta a virada conservadora (BURITY, 2018; ALMEIDA, 2017) que se assiste na sociedade brasileira, de uma forma explícita desde 2015, onde o segmento populacional religioso evangélico é um ator significativo, que sem dúvida dará respaldo a esses projetos, se chamado for a se pronunciar. Da mesma forma, como procurei demonstrar acima, este bloco político religioso, a cada legislatura vem ganhando em *expertise* e capacidade de operar com êxito os meandros dos códigos parlamentares e dispositivos de políticas públicas.

Se não lograrem êxito em estabelecer sua plataforma social-moral *in totum*, essas lideranças religiosas conservadoras empoderadas no parlamento pelo voto popular, pelo menos prometem estimular a ocorrência de várias controvérsias na esfera pública. O que se dará com a devida reação dos setores ditos laicos de diversas procedências civis e governamentais, já mencionados anteriormente neste texto. (MARIANO, 2011) e dos demais segmentos religiosos ditos “esclarecidos” que aceitam a mediação das instâncias científicas e acadêmicas⁴⁶.

Afinal como disse o filósofo e articulista da Folha de São Paulo, Wladimir Safatle (2018), este foi um entrevero postergado, ou não suficientemente travado, que agora assume dimensões de embate inadiável, para uma definição dos rumos da sociedade brasileira.

---

⁴⁶ No que tange a uma tipologia das forças religiosas no espaço público, Burity (2018) formulou um esquema de “três ‘modelos’ de ocupação do espaço público ao longo das últimas três décadas” (p. 34). Para meu argumento neste texto, acerca dos embates sobre concepções morais e sociais entre/dentro (d)as forças religiosas – que aparecem neste texto no trecho onde menciono a repartição das religiões entre as candidaturas de Bolsonaro e Hadadd e agora nesta conclusão – identifico e destaco os dois primeiros “tipos” do “modelo” de Burity, a “via político-eleitoral pentecostal” e a “incidência pública ecumênico-ativista. O primeiro tipo, associa à bancada evangélica e o segundo, às forças religiosas que aceitam a laicidade do Estado e a secularização da sociedade. Burity aponta também, no cenário atual, uma “clara prevalência da via político eleitoral [pentecostal] em detrimento das outras duas” (BURITY, 2018, p. 35).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. 2017. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos PAGU*, São Paulo, v. 50, p. 5-30.
- BURITY, Joanildo. 2018. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, p.15-66.
- CASANOVA, José. 1994. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 2006. Rethinking Secularization: a global comparative perspective. *The Hedgehog Review*, Charlottesville, vol. 8, n. 1/2, p. 07-22.
- COHEN, Stanley. 1972. *Folk devils and moral panics*. London: MacGibbon & Kee.
- COSTA, Waldney de Souza Rodrigues. 2019. *Curtindo a presença de Deus: religião, lazer e consumo entre crentes e canções*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião), Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- CUNHA, Christina Vital, LOPES; Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. 2017. *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, ISER.
- DOIMO, Ana Maria. 1984. *Movimentos sociais urbanos, igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes.
- DELLA CAVA, Ralph. 1976. Igreja e Estado no Brasil do século XX. Sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/64. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 12, p.05-52.
- FONSECA, Cláudia Lee. 2005. Sexualidade, família e legalidade: questionando fronteiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (org.). *Novas Legalidades e Democratização da Vida Social: família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, p. 53-66.
- _____. 2002. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea". In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. (org.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, p. 267-293.
- GIDDENS, Anthony. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- HABERMAS, Jurgen. 2008. *Between Naturalism and Religion*. Cambridge.
- _____; TAYLOR, Charles. 2011. Dialogue: Jurgen Habermas and Charles Taylor. *The power of religion in the public sphere*. New York: Columbia University Press, p. 60-69.
- LESBAUPIN, Ivo. 1980. A Igreja Católica e os Movimentos Populares Urbanos. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 5, p. 189-198.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. 2001. Além da Religião. *Cadernos CERU*, série 2, n.12, p. 139-150.

_____. 2003. Igreja Universal: uma organização providência. In: ORO, Ari Pedro; CORTÉN, André; DOZON, Jean-Pierre (org.). *Igreja Universal do Reino de Deus - os novos conquistadores da fé*. 1º ed. São Paulo: Paulinas, v. 1, p. 303-320.

_____. 2006. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos (org.). *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, p. 91-117.

MANNHEIM, Karl. 1982. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Maria Alice (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, p. 107-136.

MARIANO, Ricardo. 1999. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.

_____. 2011. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v.11, n. 2, p. 238-258.

_____; OLIVEIRA, Rômulo Estevam Schembid. 2009. O Senador e o Bispo: Crivella e seu dilema shakespeariano. *Intercessões*, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p. 81-106.

_____; ORO, Ari Pedro. 2010. Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 18, p. 11-38.

MIRANDA, Júlia. 2013. Estado laico no Brasil: entre sofismas e ambigüidades. *Cultura y Religión*, Santiago de Chile, vol. 07, n. 2, p. 69-85.

MONTERO, Paula. 2018. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, Porto Alegre, vol. 1, n. 33, p. 15-39.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. 1992. Estruturas da Igreja e Conflitos Religiosos. In: *Catolicismo: Modernidade e Tradição*. SANCHIS, Pierre (org), São Paulo: Loyola, p. 41-66.

ORO, Ari Pedro. 2011. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações, *Civitas*, Porto Alegre, vol.11, no. 2, p. 221-237.

PIERUCCI, Antonio Flávio. 1989. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 104-132.

RANQUETAT JÚNIOR, César Alberto. 2010. O Acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé e a Lei Geral das Religiões: Estado, Religião e Política em debate. *Debates do NER*, Porto Alegre, nº 18, p. 173-191.

_____. 2013. A invocação do nome de Deus nas Constituições Federais Brasileiras: Religião, Política e Laicidade. *Cultura y Religión*, Santiago de Chile, vol. 07, nº 2, p. 86-101.

SAFATLE, Vladimir. 2018. Da arte de desesperar. Folha de São Paulo, 16/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2018/11/da-arte-de-desaparecer.shtml> consultado em 13/02/2019. Acesso em: 28/02/2019.

SILVA, Ivan Dias; BARBOSA, Wilmar do Valle. 2019. *Religião e Política nos Estados Unidos: Jerry Falwell e a presença do fundamentalismo evangélico no espaço público americano*. Curitiba: Editora Prismas/Editora Appris.

SILVEIRA, Emerson Sena da. 2014. *Catolicismo, mídia & consumo*. São Paulo: Fonte Editorial.

SOUZA, André Ricardo 2005. *Igreja in concert: padres, cantores, mídia e marketing*. São Paulo: Annablume; Fapesp.

TADVALD, Marcelo. 2015. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 27, p.259-288.

TREVISAN, Janine. 2013. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no Estado laico brasileiro. *Numen*, Juiz de Fora, v.16, p. 29-57.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. 2018. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: o caso do PRB e PSC. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v.13, n.2, p.85-100.

RELIGION, POLITICS AND PUBLIC SPACE IN BRAZIL: historical/sociological perspective and the conjuncture of the presidential elections 2018

ABSTRACT

This text aims to examine the inescapable presence of religion in society, in the Brazilian State and in the public space. From a historical and sociological perspective, it argues that despite the separation of Church and State in the constitutional formation of the Republic in 1891, religion never ceased to have presence and influence in the public space in the country. It examines the strategies by which expressive currents of Christian (Evangelical-Pentecostal and traditionalist Catholic) churches have occupied politics and parliament forming their benches and fronts to establish a legal normativity through which values of their religious dogmatics are embedded and converted into projects that will govern public policy. It is what is conceptualized as a "confessionalization of politics" or an "advertising of religion". Finally, it is sought to analyze "in the heat of the moment" the influence of these conservative Christian religious forces on proportionality in the National Congress elected in 2018, their preferences for presidential candidates, their interference in the final result of the election with the election of a conservative government and the prospects that this religious interference in government and in Congress will bring to the Democratic State of Law in the country

KEY WORDS

Religion; Politics; Public space; Christianity; Elections 2018.